

ANÁLISE E ADERÊNCIA DAS PRÁTICAS DE GESTÃO E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL ADOTADAS PELA NATULAB LABORATÓRIOS S/A EM RELAÇÃO AS EMPRESAS DO SETOR DE MEDICAMENTOS LISTADAS NA B³¹

Antônio Nadson Mascarenhas Souza
Universidade Federal do Paraná - UFPR
nadson.controladoria@gmail.com

Alison Martins Meurer
Universidade Federal do Paraná - UFPR
alisonmmeurer@gmail.com

Marcielle Anzilago
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
marcianzilago@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as práticas de gestão e responsabilidade ambiental adotadas pela Natulab Laboratórios S/A bem como verificar a aderência dessas ações em relação as empresas do setor farmacêutico listadas na B³, por meio de uma pesquisa descritiva de cunho predominantemente qualitativo. Para a análise das informações divulgadas pelas organizações em seus Relatórios de Administração e/ou endereços eletrônicos, elaborou-se um índice de evidenciação das práticas ambientais, a partir de estudos anteriores. De modo adicional, realizou-se uma entrevista com o responsável pela gestão ambiental da Natulab para verificar em profundidade as ações da empresa. Os resultados revelam que a Natulab possui maior volume de evidenciação e que as ações e políticas adotadas pela organização alinham-se com os elementos tratados na literatura. Ademais, os achados apontam que as práticas ambientais além de posicionarem a empresa estrategicamente sob a legitimidade positiva perante a sociedade, podem trazer retornos financeiros. As contribuições teóricas abarcam-se nas evidências empíricas propostas pelo trabalho e fornecem introspecções para pesquisas futuras que desejam analisar as práticas de gestão e responsabilidade ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Ambiental. Setor Farmacêutico. Evidenciação.

¹ Recepção: 07/12/2017

Aprovação: 12/03/2018.

Publicação: 14/07/2018.

**ANALYSIS AND ADHERENCE OF MANAGEMENT PRACTICES AND
ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY ADOPTED BY NATULAB
LABORATÓRIOS S/A IN RELATION AS COMPANIES OF THE SECTOR OF
MEDICINES LISTED IN B³**

ABSTRACT

This study aims to analyze the management practices and environmental responsibility adopted by Natulab Laboratories S/A and to verify the adherence of these actions in relation to the pharmaceutical companies listed in B3, through a qualitative descriptive research. For the analysis of the information disclosed by the organizations in their Management Reports and / or electronic addresses, an index of evidence of environmental practices was elaborated, based on previous studies. In addition, an interview was conducted with Natulab's environmental manager to verify the company's actions in depth. The results reveal that Natulab has a greater volume of evidence and that the actions and policies adopted by the organization are aligned with the elements treated in the literature. Moreover, the findings point out that environmental practices, besides positioning the company strategically under the positive legitimacy of society, can bring financial returns. The theoretical contributions are embedded in the empirical evidence proposed by the work and provide insights for future researches that wish to analyze management practices and environmental responsibility.

KEYWORDS: Environmental Management. Pharmaceutical Sector. Disclosure.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas têm se tornado frequente os debates acerca das práticas socioambientais adotadas pelas organizações. Em partes, tal fato pode ser explicado pela percepção da necessidade entre o alinhamento das estratégias e práticas empresariais com o meio ambiente e a sociedade. Ademais, as pressões advindas de órgãos fiscalizadores, da sociedade e dos investidores éticos fomentam o desenvolvimento e divulgação de boas práticas de gestão ambiental e social (CORMIER; MAGNAN, 1997).

Visando a imersão na área temática, Bernardo e Camarotto (2012) realizaram levantamento junto a literatura para identificar os fatores motivacionais para adoção de práticas ambientais responsáveis. No estudo em questão, os autores segregaram tais fatores em dois grupos motivacionais, sendo os pertinentes aos benefícios proporcionados ao negócio e os relacionados ao atendimento a atores externos. No que tange ao primeiro grupo, têm-se a redução dos custos de produção, tratamento e disposição de resíduos, obtenção de rendimentos com produtos originados da reutilização, possibilidade de aumento das vendas devido as inovações ambientais, melhoria na qualidade dos produtos, abertura de mercados e segmentos para consumidores mais criteriosos. Quanto ao segundo grupo, os fatores motivacionais abarcam-se no atendimento a legislação ambiental brasileira ou internacional, melhoria das relações com a comunidade, entidades ambientais, atendimento das exigências advindas dos investidores, credores e da sociedade em geral.

Tais motivações relacionam-se e almejam promover a maximização do resultado da empresa e legitimar suas ações responsáveis frente aos atores afetados ou interessados em sua atividade. Nesse contexto, Milani Filho (2008) advoga que a implementação e execução de tais práticas alinha-se com os interesses estratégicos das organizações, com vistas a promoção da sua sobrevivência, a maximização do seu valor de mercado e a rentabilidade. Dessa forma, essas ações podem ser consideradas instrumentos que visam influenciar e promover a legitimação da imagem das organizações frente aos diversos segmentos sociais (MACÊDO *et al.*, 2011).

Nessa perspectiva o gerenciamento ambiental fomenta a melhoria da reputação organizacional, associa-se aos diferenciais competitivos e promove a geração de valores agregados aos produtos e serviços (LOPES; PACAGNAN, 2013). Sob esta ótica, Wood (1991) afirma que a sociedade confere poder as organizações, a partir da imagem moldada pelas suas interações sociais e ambientais, e quando tal poder não é utilizado de forma responsável as empresas detentoras tendem a perdê-lo.

Nesse sentido, alguns estudos versam sobre a postura das empresas frente as ações ambientais em diversos setores de atividades (ABREU *et al.*, 2016; BERNARDO; CAMAROTTO, 2012; LOPES; PACAGNAN, 2013; OLIVEIRA *et al.*, 2016; SALOMÃO, 2016). ABREU *et al.* (2016), verificaram as razões que influenciaram duas empresas de transporte coletivo situadas em Fortaleza a adotarem práticas de gestão ambiental. Os fatores destacados no estudo foram os ligados as externalidades, como o atendimento as normas específicas.

Por conseguinte, Bernardo e Camarotto (2012) analisaram os elementos motivacionais para a adoção de práticas ambientais em empresas no setor madeireiro. Os achados apontam que tais elementos relacionam-se com o atendimento da legislação, regulamentação de mercado e competitividade dos negócios. Como sugestão para estudos futuros, os autores recomendam a aplicação do instrumento de coleta em outros setores para verificar os fatores motivacionais para a adoção de tais práticas. A partir das contribuições trazidas por ambos estudos citados anteriormente, tem-se a oportunidade de investigar as práticas ambientais adotadas em outros setores empresariais.

Lopes e Pacagnan (2013), investigaram se as grandes indústrias do Paraná utilizam práticas de *marketing* verde e se realizam gestão ambiental. A amostra foi composta por 48 empresas. Os resultados apontaram a existência de sistemas de gestão ambiental e a utilização moderada do *marketing* verde. Sob outra ótica, Oliveira *et al.* (2016) analisaram as ações de gestão sustentável adotadas por uma empresa de granito localizada no estado de Rondônia. Os resultados indicaram que a empresa realiza ações voltadas para a gestão sustentável, com enfoque social e que promovem a viabilidade econômica. As conclusões sugerem que é possível realizar gestão sustentável sem afetar a viabilidade e a rentabilidade da organização.

De modo adicional, Salomão (2016) averiguou em seis indústrias farmacêuticas multinacionais os fatores que afetam a interpretação do conceito de sustentabilidade por parte dos gestores e funcionários, e os impeditivos da efetivação dos discursos sustentáveis em práticas efetivas. Os resultados expuseram o desconhecimento do conceito de sustentabilidade e o embate entre os interesses sociais e os da empresa perante a adoção das práticas socioambientais. O trabalho em questão fornece introspecções para verificar empiricamente as ações ambientais adotadas no setor farmacêutico.

Nesse sentido, estudos apontam que a indústria farmacêutica consome elevada quantidade de recursos naturais devido aos processos químicos que utilizam alta carga energética, consomem volume elevado de água, geram resíduos químicos podendo poluir a água, ar e solo, sendo preciso a implementação de práticas que mitiguem tais impactos (HALL; HOWE, 2010; CHATURVEDI *et al.*, 2017).

Ademais, Lippert, Krause e Hartmann (2015) advogam que a gestão ambiental precisa ser abordada de forma analítica, não só como um conjunto de ferramentas, mas sim como tais ferramentas auxiliam no contexto prático. Portanto, a fim de contribuir com o contexto empírico torna-se oportuno avançar nas investigações referentes aos aspectos e práticas ambientais adotadas no setor farmacêutico em profundidade, por meio de uma investigação em ambiente de campo.

Desta maneira, reconhecendo a importância do tema frente a pertinência da pesquisa e sob a égide da discussão exposta anteriormente, questiona-se: **Qual o nível de aderência e as práticas de gestão e responsabilidade ambiental adotadas pela Natulab Laboratórios S/A em relação as empresas do setor de medicamentos com ações listadas na Brasil Bolsa Balcão (B³)?** Dessa forma, este estudo objetiva verificar o nível de aderência e as práticas de gestão e responsabilidade ambiental adotadas pela Natulab Laboratórios S/A em relação as empresas do setor de medicamentos com ações listadas na B³.

A viabilidade da pesquisa justifica-se por discorrer uma temática que afeta toda a sociedade, que são as práticas de gestão e responsabilidade ambiental. Além disso, ao realizar o estudo em profundidade é possível analisar tais ações de forma qualitativa, fornecendo introspecções e evidências que auxiliam no enriquecimento e entendimento acerca de como o tema vem sendo abordado no contexto organizacional. Nesse sentido o estudo caracteriza-se por seu enfoque diagnóstico.

De modo adicional, ao comparar o nível de aderência das práticas de gestão e responsabilidade ambiental é possível verificar se há semelhanças ou divergências entre as ações adotadas por uma empresa de capital fechado, que possui menor exposição ao mercado, com as grandes empresas do setor de medicamentos que tem capital aberto com ações listadas na B3. Por fim, espera-se fomentar novas investigações que abordem outros enfoques e fortaleçam as pesquisas voltadas para a temática ambiental.

Além da introdução, o presente trabalho está subdividido em referencial teórico, procedimentos metodológicos, discussões e evidenciação das práticas de gestão e responsabilidade ambiental e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica está subdividida em dois tópicos: (i) Gestão e Responsabilidade Ambiental; e (ii) Gestão Ambiental no Setor Farmacêutico.

2.1 Gestão e Responsabilidade Ambiental

O aumento da atenção e preocupação com o impacto socioambiental das organizações levou-as a buscar formas de minimizar sua exposição ao risco ambiental e adotar uma abordagem proativa para o gerenciamento de suas atividades (PHAN; BAIRD, 2015). Nesse aspecto, a pressão exercida sobre as organizações para aprimorar sua gestão ambiental pode ser atribuída aos órgãos reguladores, sociedade e a mídia, com a cobertura de questões ambientais e a conscientização das organizações sobre a necessidade de melhorar a eficiência por meio da redução de custos ambientais (SULLIVAN; WYNDHAM, 2001).

Lundgren e Zhou (2017) relatam que a gestão ambiental, além de reduzir possíveis impactos ambientais, também pode afetar a competitividade da empresa, em termos de mudança de produtividade e estimular o uso mais eficiente (ou menos) de energia. Kraemer (2002) e Barbieri (2007) relatam que este processo de gestão é a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente na conquista da qualidade ambiental desejada. Philippi (2002) e Rosseti (2008) ressaltam que para realizar esta forma de gestão, é necessário que a potencialidade se transforme em ação concreta, ou seja, que os problemas ambientais realmente sejam resolvidos.

Nesse aspecto, as crises ecológicas advêm da má gestão da relação homem-natureza, sendo que haveria sustentabilidade se tal relação fosse gerida de modo correto e eficiente (LIPPERT; KRAUSE; HARTMANN, 2015). César e Carneiro (2017) alertam que as organizações precisam promover o desenvolvimento sustentável com vistas a preservação ambiental. Logo, o meio ambiente torna-se um dos elementos estratégicos dentro das organizações pelos seguintes motivos: (i) está relacionado com os interesses da comunidade,

investidores, clientes e demais públicos de interesse; (ii) pode ocasionar conflitos entre a sustentabilidade dos sistemas naturais e econômicos; e (iii) relaciona-se com a competitividade e sobrevivência de mercado (MARTINS; SILVA, 2013).

Assim, Boff, Oro e Beuren (2008) citam que a gestão ambiental é uma forma de promover o desenvolvimento organizacional com foco na preservação do meio ambiente. Esse tipo de gestão fornece subsídios, informações, procedimentos e métodos que podem reduzir ou evitar ações involuntárias que afetam negativamente o meio ambiente. Ademais, os autores observam que em alguns casos as práticas de gestão ambiental são executadas de maneira intuitiva e despercebida, por meio de atitudes conscientes executadas no dia a dia.

Borges *et al.* (2013, p. 178) relatam que a gestão ambiental caracteriza-se como a “supervisão da prática de atividades econômicas e sociais de forma a empregar de maneira racional os recursos naturais, renováveis ou não”. Nesse sentido, Leandro *et al.* (2015) relata que a gestão tida como ambiental pode assumir, o caráter emancipatório o qual busca subordinar a lógica do capital às necessidades de conservação, preservação dos patrimônios social e ambiental no sentido das reflexões sobre a ecologia política, a economia ecológica e a justiça ambiental que originam, em seus alicerces, uma proposta de desenvolvimento que transcende o crescimento econômico.

Quanto aos instrumentos formais voltados as práticas empresariais ambientalmente responsáveis, tem-se o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que “pode ser definido como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente” (CERUTI; SILVA, 2009, p. 2). Para Martins e Silva (2013) a implementação desse tipo de sistema promove a redução de custos e pode tornar os processos produtivos mais eficientes. Ademais, os autores afirmam que ao implementar esse tipo de gestão pode haver economia de água, matéria-prima, energia e mitigação de infrações inerentes ao descumprimento da legislação, sendo que o retorno do investimento nesse tipo de programa pode ocorrer em até dez meses (MARTINS; SILVA, 2013).

Segundo Santos, Sehnem e Freitas (2015) um sistema de gestão ambiental é composto por um conjunto de atividades integradas que tratam dos problemas ambientais, minimizando ou evitando seu surgimento. Dessa maneira, o SGA demanda a formulação de diretrizes, planos, metas, objetivos, execução, coordenação de atividades, mensuração e avaliação de resultados, por meio de procedimentos escritos e formais (BARBIERI, 2007). Nesse sentido Barbieri (2007) relata que os propósitos centrais do sistema direcionam para o estabelecimento de políticas e processos que beneficiem a organização a alcançar os objetivos ambientais traçados e administrar riscos ambientais vulneráveis à atividade empresarial.

Lacombe e Heilborn (2008) relatam que o sistema de gestão ambiental demanda um procedimento de mudanças no qual a exploração dos recursos e a orientação dos investimentos avigoram o ambiente de maneira a manter e ampliar seu potencial para acolher às necessidades humanas.

Nesse contexto, alguns estudos verificaram a utilização do SGA em diferentes organizações e teceram apontamentos referentes as vantagens, dificuldades e custos ambientais (SALAMONI; GALLON; MACHADO, 2007; CERUTI; SILVA, 2009; BORGES *et al.* 2013). Salamoni, Gallon e Machado (2007) analisaram a adoção da gestão ambiental, bem como as ações, custos ambientais e indicadores em 23 empresas industriais do setor madeireiro de Santa Catarina. Os resultados apontaram que dos 8 indicadores elencados, apenas 3 são cumpridos

pelos participantes do estudo. De modo adicional, os custos manifestam-se nas categorias de prevenção e detecção dos danos ambientais, sendo que tais ações são adotadas de modo proativo.

Sob outra perspectiva, Ceruti e Silva (2009) verificaram as dificuldades em adotar o SGA em sete organizações de setores distintos. Entre as dificuldades destacadas estão a necessidade de investimento na área ambiental, o relacionamento com órgãos ambientais, a estruturação de um setor ambiental na organização e a falta de treinamento de pessoal. Além do mais, os autores verificaram que o cumprimento das normas legais exerce maior influência na possível adoção do que os benefícios possivelmente gerados pelo SGA.

Borges *et al.* (2013) analisaram as práticas de gestão ambiental em 82 campi de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Os resultados apontaram, por meio do Índice de Avaliação Ambiental dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IADAIPE), que quatro IFs tiveram desempenho muito fraco, enquanto outras 78 ficaram com desempenho fraco. Entre as motivações para tais resultados está a ausência de setor responsável pelas práticas ambientais.

Os estudos expostos anteriormente fornecem elementos que caracterizam as vantagens para implementação da gestão ambiental, bem como expõem a necessidade de engajamento e mudanças que fomentam a adoção de SGAs no cenário nacional.

2.2 Gestão Ambiental no Setor de Medicamentos

O desempenho ambiental da indústria tornou-se um assunto de destaque e os consumidores podem usar seu poder de compra para empenhar as organizações a cumprir suas responsabilidades sociais e ambientais (AZAPAGIC; PERDAN, 2000). Nesse sentido, as organizações estão sendo pressionadas por distintas forças, dessa maneira elas começaram a migrar da visão focada apenas na satisfação de interesses econômicos, para uma visão mais abrangente, levando em conta aspectos ambientais e sociais (ELKINGTON, 2012).

Strobel, Coral e Selig (2004) comentam que a crescente valorização das questões ambientais na indústria, visa atender às novas exigências legais e tendências do mercado e da sociedade como um todo. Assim, Wright (2006) relata que, as práticas sustentáveis têm sido identificadas como um importante fator na geração de retornos.

Na literatura encontram-se alguns estudos sobre Gestão Ambiental aplicada ao setor de medicamentos (MONTEIRO, 1999; MACÊDO, 2000; REZENDE; MOL; PEREIRA, 2015; CHATUVERDI *et al.* 2017). Monteiro (1999) realizou um levantamento em 66 empresas do setor e um estudo de caso para implantação do SGA em uma indústria de medicamentos. Entre as dificuldades apontadas para a implantação do SGA estão: (i) legislação obscura e inadequada; (ii) ausência de infraestrutura; (iii) falta de recursos financeiros; (iv) dificuldade no acesso as informações sobre tecnologias limpas; (v) falta de instrumentos para avaliação do passivo ambiental; (vi) ausência de mão-de-obra qualificada; e (vii) falta de treinamento e assessoria especializada.

Os resultados ainda apontam que o tamanho da organização não influencia nas práticas adotadas, enquanto a origem do capital e a estratégia influenciam. Por fim, o autor defende que a implantação do SGA, apesar de ocasionar custos, pode ser considerada viável por reduzir

riscos legais, minimizar os gastos com destruição de resíduos e incorporar ganhos por meio da reciclagem e do reaproveitamento.

Macêdo (2000) corrobora afirmando que a adoção do gerenciamento das práticas de gestão ambiental na indústria de medicamentos alinha a organização com a realidade do mercado, que visa o consumo consciente com minimização de impactos ambientais, não degrada recursos hídricos, promove a melhoria da qualidade de vida da população e reduz custo com saúde dos que possivelmente seriam afetados pela ação degradadora.

Nesta mesma perspectiva, Rezende, Mol e Pereira (2015) em seus estudos averiguaram aspectos ambientais no setor de medicamentos. Os autores avaliaram a implantação do modelo de Produção mais Limpa (P+L) em uma empresa do referido setor. O modelo P+L permite a observação holística do processo produtivo e a detecção dos recursos e matérias-primas que não são utilizados de modo eficiente no processo. Os achados da pesquisa indicam a possibilidade de manutenção da qualidade do produto final combinada com a redução dos impactos ambientais derivados da atividade farmacêutica, advindos principalmente da geração de resíduos químicos.

Chatuverdi *et al.* (2017), discutiram por meio da revisão na literatura, os elementos utilizados pelas empresas de medicamentos indianas para se aproximarem de práticas sustentáveis considerando aspectos ambientais, econômicos e sociais. Os autores elencaram algumas evidências que afetam a adoção de práticas ambientais pelas empresas de tal setor: (i) incorporação de temas inerentes a sustentabilidade na visão, missão e práticas da empresa (influência positiva); (ii) governança interna (influência positiva); (iii) reputação corporativa, *marketing* verde, imagem competitiva e diretrizes do setor (influência positiva); (iv) proatividade da gestão, envolvimento com questões sustentáveis e investimentos em pesquisas (influência positiva); (v) objetivos e desempenho alinhados com pensamento ecológico (influência positiva); (vi) aplicação de processos relacionados a química verde (influência positiva); (vii) falta de transparência nas ações (influência negativa); (viii) compreensão de todo o processo produtivo (influência positiva); (ix) possibilidade de redução dos custos (influência positiva); e (x) melhoria de desempenho, incentivos e punições (influência positiva).

Nota-se que a adoção de práticas ambientais responsáveis é afetada pela necessidade, na maioria dos casos, de desembolsos financeiros, contudo os relatos existentes na literatura apontam que tais gastos podem ser recuperados pelos benefícios advindos da postura sustentável. Cabe destacar que a implementação da gestão ambiental nas indústrias de medicamentos exige uma visão holística e completa de toda a cadeia de processos produtivos, a fim de identificar falhas, e oportunidades para a implementação dos pontos de ação (CHATUVERDI *et al.*, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção está subdividida da seguinte forma: (i) enquadramento metodológico; (ii) Natulab Laboratórios S/A; e (iii) fonte e instrumento de coleta de dados.

3.1 Enquadramento Metodológico

O estudo caracteriza-se como descritivo de caráter qualitativo. A população da pesquisa compreende a empresa Natulab Laboratórios S/A e as companhias do setor de medicamentos com ações listadas na B³. A coleta de dados deu-se por meio de análise documental e entrevista semiestruturada. A escolha do tema sustenta-se na possibilidade de verificar de modo analítico a unidade social escolhida, possibilitando a descrição, compreensão e interpretação dos dados analisados (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Já a pertinência em verificar as práticas adotadas pelas empresas do setor de medicamentos com ações listadas na B³, é justificada pela possibilidade de comparação entre as ações adotadas pelas maiores empresas do setor em relação a organização analisada no presente trabalho.

3.2 Natulab Laboratórios S/A

A empresa Natulab Laboratórios S/A, objeto deste estudo, foi fundada nos anos 2000 em Santo Antônio de Jesus (BA). Atualmente, sua sede comercial localiza-se na cidade de São Paulo (SP) e a unidade fabril na Bahia. Segundo dados obtidos junto à organização, a empresa ocupa a liderança em alguns segmentos de medicamentos específicos. Atua comercialmente em 26 estados e no Distrito Federal (Brasil) por meio de representantes e distribuidores, sendo a única indústria de medicamentos da Bahia. Além disso, possui aproximadamente 900 colaboradores, sendo que desenvolve e fabrica medicamentos, suplementos alimentares e nutracêuticos.

A escolha da empresa deu-se pela pertinência em analisar uma organização de grande porte, na qual tem-se a oportunidade de averiguar as ações ambientais adotadas na execução de suas atividades. Ademais, a viabilidade no acesso a organização e suas informações influenciou a escolha dos pesquisadores.

3.3 Fonte e Instrumento de Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu por meio da análise documental de informações divulgadas pela Natulab Laboratórios S/A em seu endereço eletrônico e por entrevista realizada junto ao responsável pelo setor de gestão e controladoria ambiental. Em relação as empresas listadas na B³ foram realizadas análises dos Relatórios de Administração (RA's) e das informações divulgadas no endereço eletrônico afim de identificar tais práticas ambientais. O recorte temporal consiste no ano de 2016. Martins e Theóphilo (2009) citam que as entrevistas semiestruturadas possibilitam a identificação da percepção do participante a partir de um roteiro de perguntas que pode ser moldado a conversa. Enquanto, a análise documental permite a coleta de informações por meio de fontes de dados estáticas de um determinado período.

A partir de estudos verificados na literatura científica foram definidas algumas categorias de adoção de práticas ambientais. No Quadro 1 são expostas as categorias das práticas ambientais analisadas, a descrição e o estudo basilar que embasou a definição.

Quadro 1 - Práticas Ambientais Analisadas

Categoria	Descrição	Fonte
-----------	-----------	-------

1	Visão, Missão e Valores	Incorporação de aspectos ambientais na visão, missão e valores da empresa.	Chatuverdi et al. (2017)	
2	Políticas Ambientais	Declaração das políticas, práticas, ações atuais e futuras; estabelecimento de metas; obediência normas e leis; premiações; e participações em índices ambientais (sustentabilidade).	Rover et al. (2008)	
3	Sistemas de Gerenciamento Ambiental	Certificação ambiental (ISOs 9000 e/ou 14.000, EMA etc.); auditoria ambiental, descrição das práticas de gestão ambiental.		
4	Impactos dos Produtos e Processos	Desperdícios; resíduos; processo de acondicionamento; reciclagem; desenvolvimento de produtos ecológicos; impacto na área de terra utilizada; odor; reutilização da água; vazamentos e derramamentos; reparo a danos ambientais.		
5	Energia	Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações; utilização de materiais desperdiçados; aumento da eficiência energética, preocupação com falta de energia; desenvolvimento de novas fontes.		
6	Informações Financeiras Ambientais	Investimentos; custos; despesas; passivos; provisões; ativos; seguros; práticas contábeis de itens ambientais.		
7	Educação, Pesquisa e Treinamento	Educação e treinamento ambiental (internamente e/ou comunidade); pesquisas.		
8	Mercado de Créditos de Carbono	Projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL); créditos de carbono; emissão de gases do efeito estufa (GEE); certificados de emissões reduzidas (CER)		
9	Outras Informações Ambientais	Menções sobre sustentabilidade; gerenciamento de florestas; conservação da biodiversidade; relacionamento com <i>stakeholders</i> .		
10	Projetos Comunitários	Ações comunitárias ligadas a gestão ambiental.		Autores (2017)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Rover *et al.* (2008) e Chatuverdi *et al.* (2017).

Os instrumentos de coleta de dados foram validados conforme procedimentos descritos por Martins e Theóphilo (2009), sendo: (i) validação de conteúdo, no qual as categorias foram cotejadas a partir do alinhamento com estudos existentes na literatura; e (ii) validação aparente, efetuada a partir da análise dos instrumentos por dois pesquisadores com experiência na área.

4 DISCUSSÕES E EVIDÊNCIAS DAS PRÁTICAS DE GESTÃO E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A presente seção está subdividida em: (i) evidenciação das práticas de gestão e responsabilidade ambiental; e (ii) análise qualitativa das práticas de gestão e responsabilidade ambiental da Natulab S/A. Optou-se por segregar em duas subseções a análise dos resultados a fim de alinhamento e padronização metodológica.

Nesse sentido as informações que embasam a primeira seção são aquelas divulgadas para o mercado externo por meio dos veículos de comunicação (RA's e endereço eletrônico). Enquanto que na segunda seção são analisadas as informações qualitativas obtidas de fontes primárias, como é o caso da entrevista, realizada junto ao responsável pela gestão ambiental da Natulab Laboratórios S/A.

4.1 Evidenciação das Práticas de Gestão e Responsabilidade Ambiental

A construção e apresentação do índice de informações das práticas de gestão e responsabilidade ambiental adotadas e evidenciadas sustenta a fase inicial da análise dos resultados. Para a composição do índice foi realizada a leitura dos RAs e das informações divulgadas nos endereços eletrônicos das companhias listadas na B³ e da Natulab Laboratórios S/A.

Assim, quando a empresa divulgava informações pertencentes a classe analisada era atribuída pontuação 1, caso contrário 0. Após a verificação das fontes de dados, foi realizada a soma das pontuações por empresa e por setor, e dividido por 10 (total de empresas e total de categorias analisadas). Dessa forma, foi possível constituir o índice de evidenciação de informações das práticas ambientais. Cabe destacar, que tal método para construção do índice foi utilizado em estudos anteriores e mostrou-se coerente e adequado aos objetivos propostos.

Assim sendo, a

mostra a composição do Índice de Evidenciação de Práticas e Gestão Ambiental

Empresa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	IEPGA Empresa
<i>Empresas Listadas Na B3</i>											
Biom S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Biotoscana Invest. S.A.	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0,2
Brasil Pharma S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
Cremer S.A.	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0,4
Dimed S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
Nortec Química S.A.	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0,3
Ouro Fino Partic. S.A.	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0,5
Profarma Farm. S.A.	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,2
Raia Drogasil S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
<i>Empresa Objeto do Estudo em Profundidade</i>											
Natulab S/A	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0,6
IEPGA Categoria	0,2	0,5	0,4	0,5	0,1	0	0,2	0	0	0,6	

(IEPGA) por categorias e empresas analisadas no ano de 2016.

Tabela 1. Práticas de Gestão e Responsabilidade Ambiental

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Empresa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	IEPGA Empresa
<i>Empresas Listadas Na B3</i>											
Biom S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Biotoscana Invest. S.A.	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0,2
Brasil Pharma S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
Cremer S.A.	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0,4
Dimed S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
Nortec Química S.A.	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0,3
Ouro Fino Partic. S.A.	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0,5
Profarma Farm. S.A.	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,2
Raia Drogasil S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
<i>Empresa Objeto do Estudo em Profundidade</i>											
Natulab S/A	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0,6
IEPGA Categoria	0,2	0,5	0,4	0,5	0,1	0	0,2	0	0	0,6	

Observa-se por meio da que as empresas com maior volume de evidência são respectivamente a Natulab S/A, Ouro

Empresa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	IEPGA Empresa
<i>Empresas Listadas Na B3</i>											
Biom S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Biotoscana Invest. S.A.	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0,2
Brasil Pharma S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
Cremer S.A.	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0,4
Dimed S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
Nortec Química S.A.	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0,3
Ouro Fino Partic. S.A.	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0,5
Profarma Farm. S.A.	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,2
Raia Drogasil S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
<i>Empresa Objeto do Estudo em Profundidade</i>											
Natulab S/A	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0,6
IEPGA Categoria	0,2	0,5	0,4	0,5	0,1	0	0,2	0	0	0,6	

Fino, Nortec, Profarma e Biotoscana. Nesse sentido, somente a Natulab evidenciou informações em mais de 50% das categorias propostas, enquanto a Ouro Fino apresentou dados de 50% das categorias, sendo que as demais ficaram entre 0% a 30% das informações possíveis evidenciadas. Tal resultado instiga algumas inquietações sobre de que forma as empresas do ramo de medicamentos dedicam atenção a divulgação das práticas ambientais ao público externo, visto que as ações podem ser adotadas, mas não divulgadas.

Dessa forma, algumas hipóteses podem ser tecidas: [1] as organizações não efetuam as ações enquadradas nas categorias analisadas; [2] as empresas não estão atentas ao efeito de

legitimidade que a divulgação pode proporcionar, conforme defendido por Wood (1991) e Milani Filho (2008); [3] as informações não são divulgadas com vistas a preservação dos interesses e objetivos estratégicos; e/ou [4] o fato de haver políticas, fiscalização e regulamentação ambiental por órgãos normativos e fiscalizadores já legitima as ações, não havendo necessidade de divulgação. Dessa forma, tais discussões fomentam lacunas para estudos futuros investigarem a associação do baixo índice de evidencição com as questões discutidas anteriormente.

As categorias mais evidenciadas foram a categoria 10, categoria 2 e categoria 4. As práticas destinadas a “Projetos Comunitários” (categoria 10) foi a mais evidenciada, sendo que das 10 organizações 6 efetuam ações desse tipo. Nesse escopo, a Raia Drogasil S. A. (2016) relata que promove o Programa Descarte Consciente com o intuito de recolher medicamentos vencidos ou em desuso, conforme destaca em seu relatório:

Para garantir a destinação correta de medicamentos vencidos ou em desuso, a RD promove o programa Descarte Consciente em 361 lojas da rede. A iniciativa foi criada para incentivar a população a fazer o descarte final correto desses resíduos. [...] em 2016, o programa arrecadou 29 toneladas de resíduos que foram descartados corretamente, contribuindo para evitar a contaminação do meio ambiente, já que este volume de resíduos poderia ter contaminado até nove bilhões de litros de água se descartados incorretamente. Desde 2011, quando a iniciativa foi implantada, já foram coletadas mais de 127 toneladas de resíduos (RAIA DROGASIL, 2016).

Nesse recorte, fica evidente a preocupação em relação ao descarte incorreto de medicamentos, que podem poluir a água e o solo, alinhando-se as observações efetuadas por Macêdo (2000). A segunda categoria com maior volume de informações evidenciadas foi a de “Políticas Ambientais” (categoria 2), assim a Cremer S. A. apresenta o seguinte discurso:

Desenvolvimento industrial e preservação da natureza caminham juntos na Cremer. Norteados por esta filosofia, nossa empresa busca constantemente soluções que colocam em prática o compromisso e a responsabilidade com o meio ambiente (CREMER, 2016).

O alinhamento das ações ambientais com a filosofia e políticas da organização promove o desenvolvimento de uma cultura ambiental que se solidifica com o passar dos anos. Em relação aos “Impactos dos Produtos e Processos” (categoria 4) a Nortec (2016) reconhece que sua atividade gera impactos e visa minimizá-los por meio de ações de tratamento e redução dos resíduos, conforme trecho a seguir:

A Nortec Química S.A. é uma empresa de Química Fina, do setor de maior densidade tecnológica, para produzir insumos para indústrias farmacêuticas. Para que a Nortec possa produzir ela necessita de insumos e gera subprodutos. Estes subprodutos são tratados de maneira que o impacto ambiental esteja de acordo com o regulatório e o meio ambiente (NORTEC, 2016).

Dessa forma, a adoção das práticas ambientais além de minimizar os impactos ambientais, transmite percepção de responsabilidade ambiental para a sociedade. A Ouro Fino (2016) relata a premiação destaque no 25º Prêmio Embanews recebida por seu enfoque ambiental, como uma forma de reconhecimento de tais práticas. Cabe destacar que nenhuma

organização evidenciou informações referentes ao mercado de carbono ou outras informações inerentes as práticas ambientais. Ademais, o baixo índice de evidenciação indica a incipiência da divulgação de tais práticas pelas organizações analisadas.

4.2 Análise Qualitativa das Práticas de Gestão e Responsabilidade Ambiental da Natulab S/A

A partir dos dados expostos na verifica-se que o nível de divulgação das informações de práticas de gestão e responsabilidade

Empresa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	IEPGA Empresa
<i>Empresas Listadas Na B3</i>											
Biom S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Biotoscana Invest. S.A.	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0,2
Brasil Pharma S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
Cremer S.A.	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0,4
Dimed S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
Nortec Química S.A.	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0,3
Ouro Fino Partic. S.A.	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0,5
Profarma Farm. S.A.	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,2
Raia Drogasil S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
<i>Empresa Objeto do Estudo em Profundidade</i>											
Natulab S/A	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0,6
IEPGA Categoria	0,2	0,5	0,4	0,5	0,1	0	0,2	0	0	0,6	

ambiental adotadas pela Natulab difere positivamente das empresas de capital aberto listadas na B³ no setor de medicamentos. Tal fato pode ser explicado pela fase de crescimento e consolidação que a empresa está passando, para manter esse crescimento é importante que a imagem organizacional responsável seja percebida positivamente pela sociedade.

Em relação a “Visão, Missão e Valores” (categoria 1) a empresa destaca a preocupação ambiental, conforme exposto a seguir:

Responsabilidade Ambiental e Social

Atuamos em parceria com a sociedade, com o compromisso de buscar sempre desenvolvimento sustentável (NATULAB, 2016).

A incorporação de aspectos ambientais na missão, visão ou valores alinha-se com as observações de influências positivas de Chatuverdi et al. (2017). No que concerne a “Política Ambiental” (categoria 2) e “Projetos Comunitários” (categoria 10) tem-se o seguinte recorte:

É uma empresa que sempre se preocupou em atuar dentro de princípios da Responsabilidade Socioambiental, desenvolvendo um programa de inclusão social (NATULAB, 2016).

Assim, os elementos socioambientais estão presentes no plano estratégico da organização, sendo reconhecidos como fatores preponderantes de sucesso e divulgados a sociedade. Destarte, as informações inerentes ao “Sistema de Gerenciamento Ambiental” (categoria 3), “Impactos dos Produtos e Processos” (categoria 4), “Educação, Pesquisa e Treinamento” (categoria 7) e “Projetos Comunitários” (categoria 10) foram expostas da seguinte forma (NATULAB, 2016):

Por acreditar que a sustentabilidade de uma empresa depende de atitude de responsabilidade social e ambiental, a Natulab contribui efetivamente para um ambiente mais limpo e saudável. Realiza diversos programas, políticas internas, projetos, campanhas e eventos que valorizam seus colaboradores e a comunidade, como a inclusão de jovens no mercado de trabalho, promoção de benefícios em áreas como educação, saúde e participação nos resultados. A empresa tem investido continuamente em máquinas de última geração para aumentar a eficiência da produção e garantir a qualidade dos medicamentos, além de proporcionar mais segurança para o trabalhador e para o processo fabril. Sua política ambiental é estabelecida por meio do gerenciamento dos resíduos industriais, adotando critérios internos de acordo com as normas vigentes, sempre em sintonia com os órgãos reguladores e parceiros especializados na área ambiental, preservando o meio ambiente (NATULAB, 2016).

Deste modo, os aspectos ambientais e sociais permeiam o cerne político da organização, e são reconhecimentos como elementos estratégicos, e evidenciados aos usuários da informação externa. Assim, as ações socioambientais, conforme citado por Lundgren e Zhou (2017), auxiliam no aumento da competitividade da organização e na economia, de forma indireta, dos recursos dispendidos na atividade operacional.

Em relação aos questionamentos efetuados junto ao responsável pelo setor de gestão ambiental da organização, obtiveram-se algumas informações que detalham o funcionamento e a estrutura da referida empresa inerentes as práticas ambientais. Primeiro, o setor ambiental tem como objetivo gerenciar e garantir a execução de programas ambientais já existentes, bem como planejar a criação e implementação de projetos relacionados área ambiental. Para tanto, conta com auxílio de outros setores que analisam a viabilidade desses projetos, a partir da interação multi-departamental, conforme ilustrado na Figura 2.

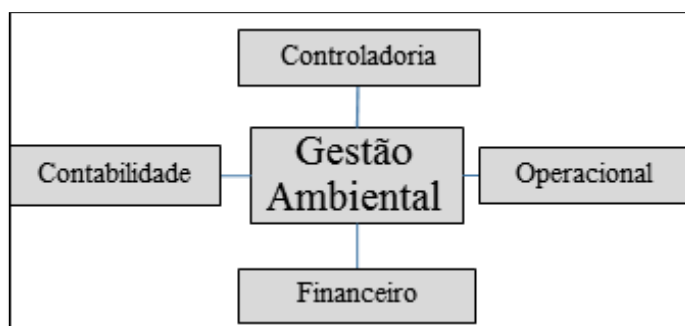


Figura 1. Interação entre Departamentos.
Fonte: Natulab (2016).

Assim, o departamento de Gestão Ambiental funciona a partir do seguinte fluxo: [1] setor Operacional - realiza atividades que fornecem riscos ambientais; [2] Gestão Ambiental – propõe ações para mitigação ou eliminação dos impactos ambientais; [3] Financeiro e Contabilidade – avaliam a disponibilidade de recursos e auxiliam na documentação; e [4] Controladoria e Gestão Ambiental – implementam e fiscalizam o cumprimento das práticas ambientais. As decisões são efetuadas a partir de reuniões que são realizadas com o setor envolvido, sendo que se for de natureza predial ou de qualidade o planejamento é efetuado diretamente com os responsáveis do referido setor.

No que tange as práticas ambientais já adotadas, pode-se destacar o descarte de resíduos. Nessa área, a empresa tem um sistema de gerenciamento de resíduos onde ocorre a separação e destinação final dos detritos que não serão mais utilizados no processo produtivo. Eles são classificados por categoria que determinam os riscos que trarão para o meio ambiente e armazenados em um local específico para a aplicação do tratamento exigido a cada um deles. A separação dos resíduos ocorre de acordo com a NBR 10004, que é a norma responsável por classificar os resíduos sólidos, quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde pública, assegurando o gerenciamento adequado dos mesmos para sua destinação final. O gerenciamento de resíduos é ilustrado na Figura 2.

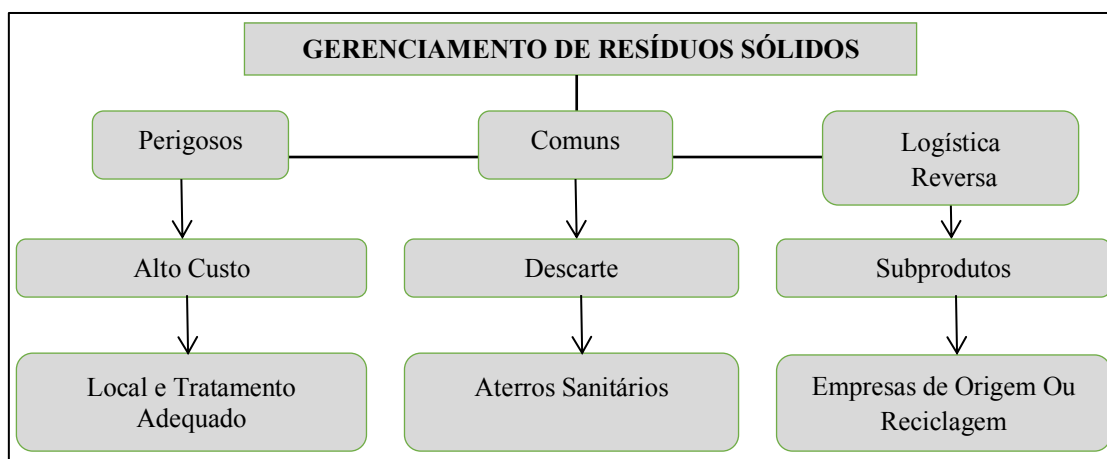


Figura 2. Processo de Gerenciamento de Resíduos

Fonte: Natulab (2016).

Os resíduos considerados perigosos são coletados por uma empresa contratada pela organização para serem destinados a local adequado. Para tanto, é pago um valor para transporte, incineração e tratamento, evitando que os mesmos sejam descartados de forma irregular, e impactem o meio ambiente ou incida algum tipo de penalidade por descumprimento da lei.

Aqueles resíduos classificados como comuns, e que não têm condições de serem reutilizados são descartados em aterros sanitários, já que os mesmos não oferecem nenhum risco grave de contaminação. Outros resíduos são submetidos ao processo de logística reversa, sendo devolvidos aos seus fornecedores em troca de descontos na compra de novos produtos ou transformados em subprodutos. Os barris, bombonas, papelões e outros materiais são exemplos de resíduos que não são utilizados na produção, tornando-se subprodutos e sendo vendidos para empresas de reciclagem gerando receita para a organização.

Ademais, o responsável pela gestão ambiental, cita que a empresa optou por contar com serviços terceirizados para tratamento dos resíduos, pois no passado possuía o próprio sistema de gerenciamentos de detritos sólidos, contudo economicamente mostrava-se inviável, sendo evidenciada as dificuldades de investimentos, como citado por Ceruti e Silva (2009). Quanto aos benefícios oriundos do tratamento de resíduos, o gestor afirma que é perceptível os benefícios trazidos com esse controle ambiental, apesar dos custos nos investimentos, pois essas ações alinham-se com os valores da empresa e mitigam os riscos legais, coadunando com as observações de Martins e Silva (2013).

De modo adicional, a empresa mantém em uma de suas unidades uma reserva onde existe uma área verde arborizada, e frequentemente são plantadas novas mudas com o intuito de mostrar a valorização do meio ambiente por parte da organização, tal prática alinha-se a postura de legitimidade organizacional, citada por Wood (1991) e Milani-Filho (2008), por atender os interesses da comunidade e promover a estabilidade sustentável (CÉZAR; CARNEIRO, 2017).

No que concerne à segurança, os projetos estruturais são desenvolvidos com sistema de combate a incêndio integrado. Além disso, a empresa está implementando o sistema de gerenciamento e tratamento de efluentes líquidos, para que os resíduos não tragam impactos negativos ao meio ambiente, tendo em vista que o bairro onde está localizada a estrutura operacional não possui rede de coleta.

Assim, a partir das práticas identificadas no canal de comunicação e pela entrevista efetuada junto ao responsável pela gestão ambiental da Natulab, nota-se que a empresa efetua ações e dispense atenção a gestão ambiental. As ações sustentáveis mostram-se alinhadas entre si, e evidenciam o esforço da organização em trabalhar-las em conjunto (SANTOS; SEHNEM; FREITAS, 2015). Conforme percebido, tal postura alinha-se as exigências da força da lei, como citado por Sullivan e Wyndham (2001), e proporciona imagem positiva perante a sociedade, além de fomentar a cultura organizacional que engloba elementos da sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da questão de pesquisa e do objetivo do estudo foi verificado que a aderência das práticas de gestão ambiental da Natulab S/A é mais elevada que as evidenciadas pelas companhias farmacêuticas listadas na B³. Alinhando-se as justificativas do estudo, nota-se que a empresa evidencia suas práticas e valores ambientais publicamente, visando posicionamento estratégico positivo da imagem organizacional e o cumprimento das normas ambientais para mitigar os riscos legais.

O maior volume de evidenciação das práticas ambientais divulgadas pela Natulab S/A pode ser justificado pela fase de crescimento da organização, na qual busca-se diferenciar das empresas consolidadas no mercado, sendo que a evidenciação pode auxiliar no posicionamento estratégico da empresa. Além do enfoque de legitimação, percebe-se que as ações ambientais são inseridas na cultura da organização com intuito de ganhos financeiros, pois o reaproveitamento dos materiais para subprodutos, a logística reversa e a venda para reciclagem promovem rendimentos a partir dos resíduos que poderiam ter destinação incorreta.

Em termos gerenciais, nota-se que a utilização do controle das ações socioambientais e do sistema de gestão ambiental mostra-se dispendiosas. Nesse sentido, tais investimentos

podem ser recuperados por meio de ações de *marketing* verde, e parcerias estabelecidas com empresas que trabalham com resíduos. A participação das organizações em *rankings* de empresas modelos de gestão ambiental, também é um elemento que pode ser almejado e proporcionar resultados positivos.

Sob o aspecto acadêmico, nota-se que mesmo a Natulab S/A não ser listada na B³ há elevada atenção a evidenciação ambiental e legitimação perante a sociedade. Nesse contexto, pesquisas futuras podem analisar o isomorfismo ou a diferenciação de outras empresas farmacêuticas brasileiras em relação as listadas na B³, para confirmar ou refutar os achados do estudo. Espera-se que novas pesquisas sejam realizadas para que verifique o alinhamento das práticas ambientais entre os diferentes mercados e posicionamentos adotados no âmbito organizacional.

Assim, como apontado por Chatuverdi *et al.* (2017) nota-se que no cenário brasileiro há dificuldades para mensurar passivos ambientais. Logo, o aprofundamento no estudo das metodologias de mensuração de passivos apresenta-se como oportunidade. Sob o aspecto financeiro, estudos de casos podem mensurar o retorno financeiro advindo da implementação dos SGA.

Considera-se que a presente pesquisa tenha atingido seu objetivo diagnóstico e contribuído a partir das justificativas propostas. As limitações abarcam-se no período temporal e na indisponibilidade de dados financeiros que pudessem enriquecer a análise. Por fim, sugere-se a realização de estudos longitudinais que possam acompanhar a evolução das práticas e ações ambientais no referido setor.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. C. S. *et al.* Práticas de gestão ambiental e seus fatores determinantes em empresas de transporte coletivo urbano. **Revista da FAE**, v. 14, n. 2, p. 52-67, 2016.
- AZAPAGIC, A.; PERDAN, S. Indicators of sustainable development for industry: a general framework. **Institution of Chemical Engineers**, v. 78, p. 243-261, 2000.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BERNARDO, J. S. S.; CAMAROTTO, J. A. Fatores motivadores da adoção de práticas ambientais em empresas paulistas processadoras de madeira. **Production Journal**, v. 22, n. 1, p. 173-184, 2012.
- BOFF, M. L.; ORO, I. M.; BEUREN, I. M. Gestão Ambiental em Instituição de Ensino superior na Visão de seus Dirigentes. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 2, n. 1, p. 4-13, 2008.
- BORGES, A. F. *et al.* Análise da gestão ambiental nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Cerne**, v. 19, n. 2, p. 177-184, 2013.
- CERUTI, F. C.; SILVA, M. L. N. Dificuldades de implantação de sistema de gestão ambiental (SGA) em empresas. **Revista Acadêmica: Ciência Animal**, v. 7, n. 1, 2017.
- CÉSAR, P. S. M.; CARNEIRO, R. A. Gestão Ambiental em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema de Gestão Ambiental e do Rompimento da Barragem de Rejeitos em Mariana. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 2, p. 192-217, 2016.
- CHATURVEDI, U. *et al.* Evolution and Adoption of Sustainable Practices in the Pharmaceutical Industry: an overview with an Indian Perspective. **Journal of Cleaner Production**, v. 168, n. 1, p. 1358-1369, 2017.
- CORMIER, D.; MAGNAN, M. Investors' assessment of implicit environmental liabilities: An empirical investigation. **Journal of accounting and public policy**, v. 16, n. 2, p. 215-241, 1997.
- ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. (L.P. Veiga, Trad.). São Paulo: M. Books. 2012.
- HALL, G. M.; HOWE, J. Sustainability of the chemical manufacturing industry - Towards a new paradigm?. **Education for Chemical Engineers**, v. 5, n. 4, p. 100-107, 2010.
- KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade Ambiental: Relatório para um Futuro Sustentável, Responsável e Transparente**, 2002. Disponível em:

<http://www.universoambiental.com.br/Contabilidade/Contabilidade_FuturoSust.htm>, acesso em 18 fevereiro 2018.

LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. **Administração: princípios e tendências** (2aed.). São Paulo: Saraiva, 2008.

LEANDRO, L. A. *et al.* O Futuro da Gestão Socioambiental: Uma Análise Crítica sobre a Crise Ambiental Brasileira. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS**. v. 4, n. 2. P. 144-162, 2015.

LIPPERT, I.; KRAUSE, F.; HARTMANN, N. K. Environmental management as situated practice. **Geoforum**, v. 66, p. 107-114, 2015.

LOPES, V. N.; PACAGNAN, M. N. Marketing verde e práticas socioambientais nas indústrias do Paraná. **Revista de Administração**, v. 49, n. 1, p. 116-128, 2014.

LUNDGREN, T.; ZHOU, W. Firm performance and the role of environmental management. **Journal of Environmental Management**. v. 203, n. 1, p. 330-341, 2017.

MACÊDO, J. A. B. As indústrias farmacêuticas e o sistema de gestão ambiental (SGA). (2000). **Revista FÁrmacos & Medicamentos**, v. 1, n. 4, p. 46-50.

MACÊDO, J. M. A. *et al.* Responsabilidade social e reputação corporativa: uma investigação sobre a percepção dos stakeholders numa concessionária de energia elétrica nordestina. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 11, 2011.

MARTINS, M. R. S.; SILVA, J. G. F. O sistema de gestão ambiental baseado na ISO 14000: Importância do instrumento no caminho da sustentabilidade ambiental. **Electronic Journal of Management, Education and Environmental Technology (REGET)**, v. 18, n. 4, p. 1460-1466, 2015.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 19, n. 47, p. 89-101, 2008.

MONTEIRO, R. D. R. **Perfil Setorial e Estudo de Caso de Implantação de um Sistema de Gestão Ambiental Baseado nas Normas ISO14000**. 1999. 169 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, N. D. A. *et al.* Gestão Empresarial Sustentável: O Caso Gramazon. **In Anais XVIII ENGEMA – Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, 2016.

PHAN, T. N.; BAIRD, K. The comprehensiveness of environmental management systems: The influence of institutional pressures and the impact on environmental performance. **Journal of Environmental Management**. v.160, 45-56, 2015.

- PHILIPPI, A. Jr. **O impacto da capacitação em gestão ambiental**. Tese de Livre-docência, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2002.
- REZENDE, E. C.; MOL, M. P. G.; PEREIRA, A. A. T. Produção mais limpa em indústria farmacêutica: avaliação das ações preliminares. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p. 130-145, 2015.
- ROSSETI, E. K. **Gestão Ambiental: Eco eficiência a caminho da sustentabilidade: O caso do segmento moveleiro da serra gaúcha**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2008.
- ROVER, S. *et al.* Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 3, 2008.
- SALAMONI, F. L.; GALLON, A. V.; MACHADO, D. D. N. Gestão ambiental e ações associadas aos custos ambientais em indústrias madeireiras de Caçador, SC. **Revista ABCustos**, v. 2, n. 1, p. 23-44, 2015.
- SALOMÃO, D. Sustentabilidade nas indústrias farmacêuticas: ajustes entre discursos e práticas gerenciais. In **8º SOPCOM: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação**, p. 227-235, 2016.
- SANTOS, G. S.; SEHNEM, S.; FREITAS, M. S. Avaliação do Nível de Sustentabilidade de um Curtume Gaúcho à Luz do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**. v. 4, n. 2, p. 102-117, 2015.
- STROBEL, J. S.; CORAL, E.; SELIG, P. M. Indicadores de sustentabilidade corporativa: uma análise comparativa. In **Anais do Encontro da ANPAD**. Curitiba, 2004.
- SULLIVAN, R.; WYNDHAM, H. **Effective Environmental Management: Principles and Case Studies**. Allen & Unwin, Crows Nest, N.S.W, 2001.
- WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. **Academy of management review**, v. 16, n. 4, p. 691-718, 1991.
- WRIGHT, C. **Social graces: should social factors be included in valuation models?** CFA Institute Magazine, 42-47. Charlottesville, 2006.